

momento jogaria o país de forma mais eficiente nos braços da China e da Rússia. Mas Lula erra muito em suas declarações de improviso, após o domingo das eleições (28 de julho), sem cumprir o roteiro sugerido pelo Itamaraty, órgão de Estado profissional e muitíssimo mais qualificado para enfrentar os desafios do momento.

Acredita que o Brasil, México e Colômbia têm condições de liderar uma solução negociada na Venezuela?

Brasil, México e Colômbia são potências médias no mundo, mas decisivas no continente. Os três países estão profundamente comprometidos com a situação da Venezuela por conta de suas relações históricas, seu papel na mediação das crises, especialmente dessa última, e ainda mais pelo fato de terem presidentes vinculados, seja ideologicamente, seja simbolicamente, seja ainda por conta da vizinhança e pelos problemas comuns que compartilham. Mas não têm, por mais boa vontade e trabalho, como encontrar sozinhos uma solução negociada. São necessários três movimentos internos decisivos: manter as pontes com o regime de Maduro; diálogo com a oposição venezuelana, tarefa difícil por sua diversidade e por haver setores muito reacionários que estão apostando na crise mais que na solução; e a construção de saídas com os grupos militares que são o esteio do regime autoritário e que, mais uma vez, comprovam a linha tênue entre a democracia e a questão militar em grande parte do continente. Sem esse mínimo equilíbrio, e sem uma posição internacional que evite ainda mais o isolamento da Venezuela, não vejo uma solução no horizonte.

O governo brasileiro pede que Maduro apresente as atas com os votos por seção eleitoral. Mas o presidente venezuelano se recusa a entregar. Quem teria legitimidade para analisar esses documentos?

Na atual conjuntura, apenas os organismos internacionais, como a OEA ou as Nações Unidas, poderiam oferecer algum grau de credibilidade a uma análise dos documentos, acompanhados de perto pelos grupos políticos da própria Venezuela, a imprensa e as organizações dedicadas ao controle e ao combate à corrupção eleitoral. Em um caso como este, há a necessidade de se estruturar uma metodologia transparente e eficiente, para em pouco tempo, avaliar as atas e oferecer fatos e não discursos. A questão é saber, já com o tempo após as eleições, se ainda há possibilidade de confiar nas atas ou se já foram contaminadas pela ausência de controle, apontada por diversas instituições. Eu acredito que o “momento” atas ficou cada vez mais distante.

É possível fazer um paralelo entre os presos e condenados no Brasil no 8 de janeiro e os manifestantes que estão indo às ruas na Venezuela

AFP



Apoiadores de Maduro vão às ruas para celebrar a permanência no poder

AFP



Venezuelanos protestam pela falta de transparência nas eleições

para protestar contra Maduro por considerarem a eleição fraudada?

Não creio. Impossível comparar duas realidades e situações tão distintas. Na minha avaliação, quem aposta nessa perspectiva traz a polarização interna brasileira para uma análise das condições políticas do país vizinho, imerso em uma quadra totalmente diversa. E aposto que será o tema de nossa conversa, ao ser retrucada pelos leitores, que vai repercutir nos comentários e nas redes. Não tem problema. Discordar é sempre uma necessidade e uma alegria. Mas evidencia um processo em que se perdeu a capacidade analítica em detrimento a uma disposição excepcional para a arenga, as respostas superficiais e ligeiras frente às situações cada vez mais complexas. Mas não fujo do debate. Os cidadãos brasileiros submetidos às normas e aos processos judiciais decorrentes do 8 de janeiro de 2023, muitos já condenados, assim como os cidadãos processados pelo 6 de janeiro de 2022 nos EUA, apenas para traçar um paralelo, intentaram contra o Estado Democrático

de Direito e contra as instituições. Daí a sua responsabilização penal. No caso venezuelano, há muito que se rompeu a legalidade e a legitimidade do regime. Ali, diante dos cenários, a resistência cívica e a busca da verdade são direitos e deveres de homens e mulheres comprometidos com a democracia. Pode haver um ou outro que estão nesses processos apenas para defender seus interesses. Tenho tido a oportunidade de dialogar com setores da oposição venezuelana, com dirigentes de organizações de direitos humanos, com jornalistas e com cidadãos comuns. São pessoas que têm reiterado que as partes evitem a violência, atuem com moderação, resolvam as controvérsias por meio do diálogo, priorizem o bem da população e que, ao fim e ao cabo, devem almejar a verdade, aliás como o papa Francisco pediu no domingo, 4 de agosto, no Vaticano, após a oração dominical do Angelus. Mas o regime tem mantido uma permanente pressão, com atos arbitrários e medidas de força que jogam, parte da oposição, no caminho do confronto.

O Ministério Público da Venezuela abriu uma investigação criminal contra a líder da oposição María Corina e contra o Edmundo Gonzalez, que se autointitula presidente eleito, por conclamarem as forças de segurança a pararem de reprimir as manifestações e a respeitarem a decisão das urnas. É o Estado agindo em conluio com Maduro?

Setores do Estado venezuelano estão capturados por interesses privados e políticos distintos dos interesses do bem comum e do respeito aos direitos humanos. Isso não ocorre apenas nesse caso das lideranças da oposição, como Corina e Gonzalez. Desde o rompimento do Acordo de Barbados que os instrumentos do Estado têm sido usados como forma de manutenção do regime chavista, sob Maduro, no poder. E, como insisto, não será possível superar sem um mosaico de esforços internos e internacionais em busca da pacificação e da retomada da democracia.

Acredita num “banho de sangue” como afirma Maduro, caso haja um impedimento de continuidade do atual governo?

Sob os meus critérios, já ocorre derramamento de sangue dos venezuelanos. Dados recentes indicavam cerca de 24 mortos nos protestos. Há milhares de presos, a maioria dos setores populares da população. O próprio governo fala de 2 mil presos. E são números provavelmente subnotificados. Cada vida importa. E cada ato do atual regime será duramente cobrado nas próximas gerações e na redemocratização, que acontecerá.

A Venezuela é alvo de sanções por parte dos Estados Unidos e Europa. Essa situação pode piorar, caso Maduro permaneça no poder?

Haverá a retomada das sanções. Para piorar, muitos desses países sequer reconhecem Maduro como o presidente eleito, já dando como eleito Edmundo Gonzalez. Assim, a tendência é que as sanções representem mais lenha na fogueira ardente em toda a Venezuela, que um resultado concreto da solução da crise. Todavia, sem a pressão internacional, parte do amplo esforço necessário para se alcançar uma pacificação não será alcançada. A lógica, porém, indica que os Estados Unidos e a Europa reconhecem que os países da região, como o Brasil, é que devem assumir o papel central nas conduções das tratativas. E eu considero o melhor caminho.

A crise na Venezuela pode abalar o Brasil?

Já abala o Brasil. Além dos muitos reflexos entre as bolhas que acometem a política brasileira, há uma crise humanitária na Venezuela que exige uma ação pacificadora e mais consequente do governo brasileiro, das nossas instituições e da sociedade civil.